



Poder Executivo

Atos

PORTARIA Nº. 001

O Secretário Municipal do Ambiente e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Maricá no uso de suas atribuições, em cumprimento a cláusula oitava item 8.1.3 do contrato de Prestação de Serviços Públicos nº. 061/2009 **Resolve:**

Art. 1º - Indicar os funcionários Dalton Nobre Vilela matrícula nº 13.209, Danniell Ferreira Vieira matrícula nº 12.911 e Jorge Augusto da Costa matrícula nº. 13.883 para fiscalizar e atestar o contrato da empresa que executará os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, entulho, coleta seletiva, bem como, os serviços de remoção mecanizada, limpeza de praia, equipamentos alugados para manutenção do Aterro Sanitário e atestar as faturas dos serviços supracitados.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 27 de Janeiro de 2010

PUBLIQUE-SE, Maricá, 27 de Janeiro de 2010.

ALAN NOVAIS - SECRETARIO MUNICIPAL DO AMBIENTE E URBANISMO

PORTARIA Nº. 002

Organizar as dependências e os processos que tramitam no âmbito desta Secretaria.

O Secretário Municipal do Ambiente e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Maricá no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO a necessidade de organizar as dependências da Secretaria e gerar mais espaços físicos internos para armazenar os novos processos que estão sendo gerados diariamente no protocolo geral da Prefeitura;

CONSIDERANDO a necessidade de diminuir o volume de processos, bem como aperfeiçoar o atendimento, proporcionando aos servidores desta secretaria uma busca mais rápida aos processos arquivados em nossas dependências; **Resolve:**

Art. 1º - Encaminhar para o arquivo geral da Prefeitura todos os processos com mais de 1 ano arquivados na Central de Atendimento desta Secretaria;

Art. 2º - Após a publicação desta portaria, antes de serem encaminhados para o arquivo geral da Prefeitura será dado um prazo de 5 (cinco) dias aos contribuintes e requerentes para darem andamento aos processos arquivados na Central de Atendimento desta Secretaria;

Art. 3º - O contribuinte e requerente que desejarem desarquivar os processos supracitados deverão dar entrada em processo administrativo no Protocolo Geral da Prefeitura;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de publicação, revogando a portaria de nº 017 publicada no JOM nº. de edição 183 de 11 de Janeiro de 2010.

PUBLIQUE-SE, Maricá, 28 de janeiro de 2010.

ALAN NOVAIS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DO AMBIENTE E URBANISMO

PORTARIA Nº 0156/2010 DE 29 DE JANEIRO DE 2010

O CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, usando de suas atribuições,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Magda de Oliveira Nunes, matrícula nº 13787, Assessora, para Tomadora nas concessões de suprimento de fundos deste gabinete, devendo a mesma apresentar a devida prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data do recebimento da importância recebida.

Maricá, 29 de janeiro de 2010.

KLEBER LUIZ LAMEIRA OTTERO - Chefe de Gabinete

REPUBLICADO EM VIRTUDE DE ERRO MATERIAL NA DESCRIÇÃO DE VALORES DESIGNADOS POR EXTENSO NOS INCISOS I E II DO ART. 12, ALTERADO PELO ART. 2º DA PRESENTE LEI

LEI COMPLEMENTAR Nº 202 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 005, DE 30 DE JANEIRO DE 1991 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Art. 1º O parágrafo único do inciso II do art. 10, da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. ...

II - ...

Parágrafo único. Na ausência de prévia definição no documento de compra e venda da área pertinente a cada unidade, quando num mesmo imóvel houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme a fórmula abaixo:

$T \times U$

$FI = \frac{\quad}{C}$, onde

C

FI = fração ideal

T = área total do terreno

U = área da unidade autônoma edificada

C = área total construída".

Art. 2º O caput do art. 12, e seus incisos I e II, os §§ 1º, 2º, 3º e 4º; da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 12. O imposto será calculado mediante a aplicação, sobre o valor venal do imóvel, das seguintes alíquotas:

I - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) tratando-se de imóvel edificado;

II - 1,2% (um vírgula dois por cento) tratando-se de imóvel não edificado.

§ 1º O imóvel predial com padrão de amianto comum (0,05mm) até 70m2 de construção será tributado somente o terreno, com alíquota de 1,2% (um vírgula dois por cento) sobre o valor venal.

§2º Fica estabelecido o valor de 10% na dedução do imposto a pagar dos imóveis prediais das plantas abaixo:

0008	0022	0048	0064	0073	0074	0076	0081	0083
0086	0092	0095	0104	0107	0108	0113	0114	0129
0139	0140	0147	0148	0149	0158	0163	0164	0177
0191	193A	193B	193C	193D	0198	0201	0207	2 0 9 A
0209B	0211	0212	0213	0215	0216			

§3º Fica estabelecido o valor de 5% na dedução do imposto a pagar dos imóveis prediais das plantas abaixo:

0004	0007	0009	0010	0011	0015	0016	0017	0018
0019	0024	0025	0027	0028	0029	030C	0034	0035
0041	0043	0044	0046	0051	0059	0063	0068	0070
070B	070C	0071	075A	0077	0078	0079	0080	0087
0089	0090	0091	0094	0096	0097	0098	0103	0105
0109	0110	0111	0112	0115	0116	0120	0121	0124
0126	0127	0128	131A	0132	132A	0133	0134	0135
136A	136B	0137	0141	0142	0143	0146	0150	0151
0153	0156	0159	160B	0161	0166	0168	0170	0172
182A	182B	182C	183A	183B	0185	185A	0186	0187
0189	0194	0195	196A	196B	0197	0199	0203	0204
0219	0220	0221	0222	0227	229A	229B	0231	0233

§4º O Valor Venal do Imóvel será decrescido de 10% (dez por cento) se o logradouro for sujeito a inundação."

Art. 3º O caput do art. 16 e seus §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16. O imposto será pago de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos definidos em regulamento.

§ 1º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única gozará de desconto com os seguintes percentuais:

a) - 15% (quinze por cento) até 20 (vinte) de janeiro do exercício respectivo;

b) - 10% (dez por cento) até 20 (vinte) de fevereiro do exercício respectivo;

c) - 5% (cinco por cento) até o dia 20 (vinte) de março do exercício respectivo.

§ 2º O valor do imposto será dividido em 06 (seis) parcelas de igual valor, com vencimento nos seguintes prazos:

PRIMEIRA PARCELA - Até 20 de janeiro de 2010;

SEGUNDA PARCELA - Até 20 de fevereiro de 2010;

TERCEIRA PARCELA - Até 20 de março de 2010;

QUARTA PARCELA - Até 20 de abril de 2010;

QUINTA PARCELA - Até 20 de maio de 2010;

SEXTA PARCELA - Até 20 de junho de 2010."

Art. 4º O caput do art. 21, e seus §§ 1º, 3º, 4º e 5º; da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 21. Para efetuar a inscrição no cadastro Imobiliário, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar, na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel conforme modelo fornecido pela Prefeitura instruída com o título de propriedade ou domínio útil.

§ 1º As modificações na titularidade de imóveis deverão ser averbadas dentro do prazo de 30 (trinta) dias da transcrição, sob pena de sanções previstas em lei, mediante a exibição do título aquisitivo transcrito devidamente no registro de imóveis competente e da prova da quitação tributária.

§ 3º As averbações de que trata o parágrafo anterior deverão ser comunicada pelo Registro Geral de Imóveis, sob pena de multa equivalente a uma UFIMA, por ato não comunicado.

§ 4º A comunicação definida do artigo anterior deverá ser realizada até o último dia útil relativo ao segundo mês subsequente ao da realização do procedimento de modificação de titularidade do bem imóvel.

§ 5º Fica a cargo do adquirente do imóvel, na data de ocorrência do fato gerador do IPTU, o pagamento da(s) taxa(s) de transferência de titularidade de cada averbação realizada no Registro Geral de Imóveis no exercício anterior."

Art. 5º O § 1º do art. 22, da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. ...

§ 1º Deverão ser obrigatoriamente comunicadas a Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, todas as ocorrências verificadas em relação ao imóvel que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais."

Art. 6º O caput do art. 24 e o inciso VII da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Serão punidas, na forma deste artigo, as seguintes infrações, independentemente de demais cominações ou penalidades estabelecidas neste código:

VII - as multas recolhidas pelo infrator dentro do prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação, sofrerão redução de 20% (vinte por cento);"

Art. 7º O inciso III e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 114, da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 114

III - em relação ao serviço de coleta de lixo, mediante a aplicação da alíquota de 6% (seis por cento) sobre a Unidade Fiscal de Maricá (UFIMA) por m³ de lixo recolhido e por tipo de utilização do imóvel observado o limite mínimo, conforme tabela adiante apresentada:

Utilização do Imóvel	Limite Mínimo
Residências até 70 m ²	5 m ³ /ano
Residências de 71 a 150 m ²	10 m ³ /ano
Residências acima de 150 m ²	20 m ³ /ano
Serviços até 100 m ²	10 m ³ /ano
Serviços acima de 100 m ²	30 m ³ /ano
Comércio até 100 m ²	20 m ³ /ano
Comércio de 101 a 300 m ²	20 m ³ /ano
Comércio acima de 300 m ²	100 m ³ /ano
Indústrias de até 100 m ²	25 m ³ /ano
Indústrias de 101 a 300 m ²	75 m ³ /ano
Indústrias acima de 300 m ²	300 m ³ /ano

§ 1º Tratando-se de imóvel com mais de uma testada considerar-se-ão, para efeito de cálculo, somente as testadas dotadas do serviço.

§ 2º Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada será calculada a testada ideal, conforme a fórmula abaixo:

TI = T x P x A, onde:

C

TI = testada ideal

T = testada do terreno dotada do serviço

P = número de pavimentos da construção

A = área construída da unidade

C = área total construída

§ 3º Caso, no mesmo terreno, haja duas ou mais construções com número de pavimentos distintos, considerar-se-á, para efeito de aplicação da fórmula do parágrafo anterior, o número médio de pavimentos.

§ 4º As indústrias possuidoras de equipamentos antipoluentes e que reaproveitem total ou parcialmente seu lixo terão uma taxa de redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da taxa de coleta de lixo."

Art. 8º O caput do art. 205, e seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 205. O lançamento do IPTU far-se-á no primeiro dia útil do ano corrente, levando-se em consideração a planta genérica de valores aprovada para o referido exercício, as leis complementares e os dispositivos relatados neste código.

§ 1º O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 2º Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 3º A notificação far-se-á por publicidade em órgão da imprensa local ou por edital afixado na Prefeitura, na impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

§ 4º A remessa de notificação ao contribuinte não o desobriga de procurá-la na repartição competente, caso não a receba no prazo normal."

Art. 9º O caput do art. 354 da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 354 Consideram-se integradas à presente Lei as tabelas dos anexos I a XI que a acompanham."

Art. 10º O caput do art. 357 da Lei Complementar nº 005, de 30 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 357 Esta Lei será regulamentada, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias."

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 2009.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2010

A Pregoeira, no uso de suas atribuições, informa que no Aviso do Pregão 08/2010:

Onde se lê: Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Palco, Sonorização, Banheiros Químicos e Trios Elétricos para o Carnaval 2010.

Leia-se: Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Locação de Grades e Gerador para o Carnaval 2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17874/2009 PREGÃO – LICITAÇÃO. Nº 01/2010

Em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM), parecer da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e da Secretaria Municipal de Controle Interno e Fiscalização, Autorizo a despesa e **HOMOLOGO** a licitação **NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, com fulcro na Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 270/02, que tem por objeto a contratação de sociedade empresária especializada em Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Escolas Municipais, no valor global de R\$ 2.694.425,88 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), em favor da empresa PERFIL NICHTEROY CONSTRUÇÕES LTDA.

Em, 01 de fevereiro de 2010.

MARCOS RIBEIRO MARTINS - Secretário Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEITORAL E DE INDICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO MUNICÍPIO DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

O Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental faz publicar o presente Edital para realização do processo eleitoral e de indicação dos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental, instituído pela Lei nº 2292 de 16 de abril de 2009 e regulamentado pelo Decreto 93 de 04 de agosto de 2009.

O presente Edital publicado no Jornal Oficial do Município de Maricá será fixado na sede da Secretaria Municipal do Ambiente e Urbanismo, situada a rua Mário Vieira Dantas, 147, Bairro Boa Vista, Maricá - RJ.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 2292/09 as vagas a serem preenchidas são:

1 – do Secretário Municipal do Ambiente e Urbanismo, que exercerá a função de Presidente

do Conselho;

Sumário

Atos do PREFEITO.....	1
Poder Legislativo	
Resoluções e decretos.....	12
Outras instâncias	
Ordens, convocações, consultas, orientações etc.....	12

Expediente

Jornal Oficial de Maricá

Veículo de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Maricá.

Órgão Responsável

Secretaria de Comunicação Social

R. Álvares de Castro, 346 - Centro Maricá/RJ - Tel.: (21) 2637-8575
CNPJ nº: 29.131.075/0001-93

Jornalista Responsável

Odemir Capistrano - RG MTB: 14 961(JP)

Diagramador

Rodrigo Freitas

Impressão

3 Graph Gráfica e Editora Ltda
CNPJ nº 00.971.215/0001-50

Tiragem

1.000 exemplares

Distribuição

Órgãos públicos municipais

Secretaria de Comunicação

Prefeito Municipal
Washington Quaqua

www.marica.rj.gov.br